

Relatório de Execução Orçamental

AdTA - Águas do Tejo Atlântico

2.º trimestre 2021
Cenário sem PRR

Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados
2. Indicadores Económico-Financeiros
3. Indicadores Comerciais
4. Investimentos
5. Eficiência Operacional
6. Efeitos e Medidas na Crise Pandémica Covid-19

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Demonstração de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Rédito de contratos com clientes	mEur	20 691	20 682			41 373	41 739	41 371 ▲
Rédito de construção em ativos concessionados	mEur	3 980	5 506			9 486	6 502	15 481 ▼
Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos	mEur	-2 722	-3 183			-5 905	-7 390	2 448 ▼
Gastos de construção em ativos concessionados	mEur	-3 980	-5 506			-9 486	-6 502	-15 481 ▲
Custo das vendas/variação inventários	mEur	- 838	- 954			-1 792	-1 324	-1 619 ▼
Margem Bruta	mEur	17 132	16 545			33 677	33 025	42 200 ▼
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-7 423	-7 652			-15 075	-14 361	-17 872 ▲
Gastos com pessoal	mEur	-3 118	-2 772			-5 890	-5 803	-6 770 ▲
Amortizações	mEur	-5 172	-5 184			-10 356	-9 911	-12 245 ▲
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	0	735			735	0	0 ▲
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	- 172	- 218			- 391	- 363	- 349 ▼
Subsídios ao Investimento	mEur	1 189	1 187			2 376	2 375	2 366 ▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	55	24			79	84	33 ▲
Resultados Operacionais	mEur	2 490	2 666			5 156	5 047	7 362 ▼
Gastos Financeiros	mEur	-1 455	-1 489			-2 944	-3 276	-3 045 ▲
Rendimentos Financeiros	mEur	0	0			0	381	112 ▼
Resultados Financeiros	mEur	-1 455	-1 489			-2 944	-2 895	-2 933 ▼
Resultados Antes de imposto	mEur	1 035	1 177			2 212	2 151	4 430 ▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	- 178	- 195			- 373	- 263	-1 181 ▲
Resultado Líquido do Exercício	mEur	857	982			1 839	1 888	3 249 ▼

Indicadores de Resultados		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	5 211	5 850			11 061	12 436	4 915
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ⁽¹⁾	mEur	9 194	9 111			18 305	19 972	14 793
Margem EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾⁽²⁾	%	44,4%	44,1%			44,2%	47,9%	35,8%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ⁽¹⁾⁽²⁾	%	181,9%	184,2%			183,0%	159,0%	262,6%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Indicadores do 1.º trimestre retificados.

INTRODUÇÃO

Os valores de orçamento apresentados correspondem à estimativa para o período em análise - 2º trimestre de 2021, cenário sem PRR, constantes do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), para o triénio 2021-2023, submetido a aprovação da Tutela em 9/11/2020 e aprovado em reunião de Assembleia Geral de 18/03/2021.

O PAO2021 inclui dois cenários de atividade diferenciados pelos investimentos e gastos associados. O cenário utilizado nesta análise orçamental (sem PRR) é relativo ao desenvolvimento da atividade de acordo com o Contrato de Concessão (CC).

O outro cenário (com PRR) prevê a realização de investimentos adicionais se estes forem enquadráveis no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Como o impacto nas demonstrações financeiras prospetivas entre cenários é significativa, e o PAO2021 aguarda despacho, a análise orçamental baseia-se na atividade prevista em CC.

RESULTADO LÍQUIDO (RL)

1,8 M€

O Resultado Líquido ascende a 1,8M€, correspondendo à remuneração garantida do capital investido, apurada com base na variação média da taxa OT no período, acrescida do prémio de risco.

Comparativamente ao previsto no PAO apura-se um RL inferior devido ao facto da taxa das obrigações do tesouro a 10 anos em 2021 mais o respetivo spread (3,29%) ser menor do que a prevista em orçamento (5,70%).

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

RESULTADO LÍQUIDO (continuação)

Apresenta-se no quadro seguinte o detalhe comparativo do apuramento da remuneração acionista no período e no orçamento.

REMUNERAÇÃO ACIONISTA 2T2021		Real	PAO
Capital Social	mEur	113 528	113 528
Reserva Legal até aprovação aplicação resultados 2020	mEur	833	619
Reserva Legal após aprovação aplicação resultados 2020	mEur	1 020	1 145
Capital a remunerar	mEur	114 548	114 673
Taxa de remuneração do capital acionista (OT +Prémio risco)	%	3,29%	5,70%
Acerto ao desvio de recuperação de gastos de 2020	mEur	28	-
Remuneração do ajustamento ao desvio de 2019 refletido no RL2020	mEur	0,5	-
Remuneração	mEur	1 839	3 249

EFICIÊNCIA PRODUTIVA

De acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão, a Tejo Atlântico deve submeter anualmente à aprovação do Regulador, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG), gerado pelas operações, cujos gastos devem corresponder ao cenário de eficiência produtiva previamente estabelecido pela ERSAR, mediante a definição de métricas.

A eficiência produtiva de 2020 teve como decisão final a correção de cerca de 38k€ (valor bruto), nos gastos com o custo das vendas (reagentes).

A diferença entre o resultado líquido gerado pelas operações e o valor a que a Tejo Atlântico tem direito em termos contratuais, corresponde ao DRG, acrescido do reconhecimento dos impostos diferidos.

A junho/2021 atingiu-se o RL sem o efeito do desvio de recuperação de gastos de 6,2M€ e um DRG superavitário de 5,9M€. Em orçamento o DRG apresenta-se deficitário devido à previsão de mais gastos (FSE, Gastos com Pessoal e Amortizações) e também devido ao facto da taxa de remuneração acionista prevista ser superior à real (5,70% vs 3,29%).

RÉDITO/ GASTOS DE CONSTRUÇÃO EM ATIVOS CONCESSIONADOS

A Tejo Atlântico aplica o disposto no IFRIC 12, no que concerne ao rédito e gastos da construção. O rédito reconhecido concorre para a formação dos Rendimentos Operacionais enquanto os gastos, no mesmo valor, por não haver margem na construção uma vez que a atividade é subcontratada a entidades especializadas externas para as quais é transferido o risco e o retorno, concorre para Gastos Operacionais, não havendo por isso impacto no resultado do exercício.

O valor é determinado pelo montante de investimento em ativo intangível realizado no período. Como o investimento regista uma contração significativa face ao previsto, o valor do rédito/gastos dos serviços de construção apresenta a mesma tendência, o que justifica a variação negativa de 39% para o orçamentado.

RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

41,4 M€

A Prestação de Serviços registada iguala praticamente o valor orçamentado. A determinação dos rendimentos tarifários da concessão contribui para o alinhamento de valores, sendo o desvio essencialmente resultante da atividade faturada com base em medição de caudal, tais como o transporte e o serviço de tratamento prestado a utilizadores privados.

EBITDA

EBITDA 2T2021		Real	PAO
Resultado Operacional (EBIT)	mEur	5 156	7 362
Depreciações	mEur	-10 356	-12 245
Provisões e reversões do exercício	mEur	735	0
EBITDA	mEur	14 776	19 607
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-5 905	2 448
Subsídios ao investimento	mEur	2 376	2 366
EBITDA Ajustado	mEur	18 305	14 793

O EBITDA ajustado a junho ascendeu a 18,3 M€ o que representa uma variação positiva de 3,5M€ (+24%) para o orçamento.

O resultado operacional apresenta uma variação negativa de 2,2 M€ (-30%) para o orçamento, devido ao efeito da diminuição dos rendimentos operacionais (-7,6M€), compensada pela redução dos gastos operacionais (5,4M€).

A variação dos rendimentos deve-se na maioria ao DRG que no orçamento é deficitário (2,4M€) enquanto que a situação a junho/21 é superavitária em 5,9 M€.

Adicionalmente, o desvio no rédito de construção em ativos concessionados (IFRIC12) contribui para reforçar a diminuição dos rendimentos devido à realização de investimento abaixo do previsto.

Na base da variação dos gastos tem-se essencialmente a redução de fornecimentos e serviços externos (FSE), gastos com pessoal e depreciações e amortizações. No trimestre verificou-se a reversão da provisão para juros no valor de 735 k€, na sequência de celebração de acordo judicial com a Massa Insolvente da Asibel.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		R 2T2021	H 2T2020	O 2T2021
Gastos totais	mEur	15 104	14 361	17 872
Capitalizações	mEur	-	-	-
Subsídios à exploração	mEur	-29	-	-
FSE no período	mEur	15 075	14 361	17 872
Gastos COVID	mEur	671	201	340
FSE sem o efeito dos gastos COVID	mEur	14 404	14 160	17 532

R-Real, H-Homólogo, O-Orçamento.

Em termos globais os FSE a junho apresentam uma variação positiva de 2,8M€ (-16%) para o orçamento, e um aumento de 5% para o período homólogo.

O crescimento face ao período homólogo (+715k€), resulta maioritariamente do aumento dos gastos com: conservação e reparação, tratamento de resíduos e efluentes, trabalho temporário, segurança, desinfeção e limpeza das instalações.

O aumento em conservação e reparação resulta do esforço de recuperação do défice de manutenção e conservação das infraestruturas de anos anteriores, com ênfase na manutenção preventiva e preditiva, de modo a reduzir significativamente os riscos de falha dos diferentes órgãos e equipamentos e de baixar o número e frequência das ações de manutenção corretiva.

O aumento do trabalho temporário justifica-se pela necessidade de reorganização de equipas, constituição de equipas em espelho e desfasadas, para garantir distanciamento e cumprimento das orientações emitidas pelo Governo e pela DGS, o que não seria possível com recurso exclusivamente a meios internos, uma vez que a empresa tem carência de recursos humanos em geral, e na área operacional em particular, aguardando-se a aprovação orçamental de novas admissões propostas no PAO2021.

Dos FSE incorridos 671k€ devem-se à COVID, tendo-se como mais representativos a desinfeção de instalações (187k€), o trabalho temporário e os trabalhos especializados (431k€).

Comparativamente aos gastos previstos incorrer com COVID apura-se um desvio de 98%, devido ao incremento com trabalho temporário.

GASTOS COM PESSOAL

GASTOS COM PESSOAL		R 2T2021	H 2T2020	O 2T2021
Gastos totais	mEur	6 515	6 334	7 213
Capitalizações	mEur	-537	-531	-443
Subsídios à exploração	mEur	-88	-	-
GP no período	mEur	5 890	5 803	6 770
Gastos COVID	mEur	284	333	230
GP sem o efeito dos gastos COVID	mEur	5 606	5 470	6 540

R-Real, H-Homólogo, O-Orçamento.

Os Gastos com Pessoal no total de 5,9M€, estão 13% abaixo do previsto. Para esta situação contribuiu a variação em baixa do número de colaboradores existente face ao previsto, situação devida à pendência de aprovação das admissões propostas no PAO2021. No período foram capitalizados serviços internos das áreas técnicas associadas à realização de investimentos no total de 537k€ e deduzidos subsídios à exploração no valor de 88k€.

Os gastos com pessoal apresentam-se abaixo do orçamentado em 880k€ e 87k€ acima do homólogo, incluindo o incremento de gastos COVID, no total de 284k€.

Os gastos decorrentes da COVID estão maioritariamente associados a equipamentos de proteção e segurança e a trabalho suplementar, que inclui a remuneração adicional de 2 horas ao período normal de trabalho, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que por necessidade da empresa tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferiram uma remuneração base mensal entre os 677€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. Esta remuneração suplementar foi atribuída durante o estado de emergência.

Em termos comparativos com a verba prevista incorrer em COVID, apura-se um desvio de 23%, por terem ocorrido mais gastos com trabalho suplementar (+196k€), compensados por menos gastos com proteção e segurança e assistência médica (-145k€).

RESULTADO FINANCEIRO

(2,9) M€

O resultado financeiro é negativo em 2,9 M€ sendo composto apenas por gastos na sua maioria decorrentes de juros dos empréstimos BEI. Salienta-se que não se registaram rendimentos financeiros no período devido à não utilização da linha de crédito pela AdP.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	495 781	497 698			497 698	506 893	516 597 ▼
Ativo intangível	mEur	441 571	443 035			443 035	445 793	449 898 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	213	215			215	207	434 ▼
Ativo sob direito de uso	mEur	871	757			757	898	762 ▼
Desvios de recuperação gastos ativo	mEur	225	0			0	6 405	10 387 ▼
Fundo reconstituição capital	mEur	15	17			17	10	10 ▲
Impostos diferidos ativos	mEur	52 814	53 610			53 610	53 212	55 106 ▼
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	72	64			64	369	0 ▲
Ativos correntes	mEur	107 666	104 677			104 677	115 109	94 331 ▲
Inventários	mEur	1 967	2 022			2 022	1 489	1 505 ▲
Clientes	mEur	15 857	13 951			13 951	14 953	16 952 ▼
Disponibilidades	mEur	87 223	86 115			86 115	64 996	41 466 ▲
Outros ativos correntes	mEur	2 620	2 589			2 589	33 672	34 408 ▼
Total do Ativo	mEur	603 447	602 374			602 374	622 002	610 928 ▼
Capital Social	mEur	113 528	113 528			113 528	113 528	113 528 =
Ações próprias	mEur	- 2 521	- 2 521			- 2 521	- 2 521	▼
Reservas e outros ajustamentos	mEur	1 020	1 020			1 020	833	1 145 ▼
Resultados transitados	mEur	0	0			0	0	0 =
Resultado líquido	mEur	857	1 839			1 839	1 888	3 249 ▼
Total do Capital Próprio	mEur	112 883	113 865			113 865	113 728	117 922 ▼
Passivos não Correntes	mEur	461 064	458 037			458 037	478 239	463 947 ▼
Provisões	mEur	735	0			0	0	0 =
Financiamentos obtidos	mEur	198 996	194 112			194 112	206 756	194 836 ▼
Passivos por locação	mEur	367	291			291	710	295 ▼
Subsídios ao investimento	mEur	124 831	123 748			123 748	128 096	123 406 ▲
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	119 689	120 699			120 699	123 719	125 642 ▼
Outros passivos não correntes	mEur	16 445	16 229			16 229	18 958	19 769 ▼
Desvio de recuperação de gastos passivo	mEur	0	2 958			2 958	0	0 ▲
Passivos Correntes	mEur	29 500	30 473			30 473	30 035	29 059 ▲
Financiamentos obtidos	mEur	11 742	12 741			12 741	10 674	12 263 ▲
Passivos por locação	mEur	447	437			437	198	468 ▼
Outros passivos correntes	mEur	17 310	17 295			17 295	19 163	16 328 ▲
Total do Passivo	mEur	490 563	488 509			488 509	508 274	493 006 ▼
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	603 447	602 374			602 374	622 002	610 928 ▼

POSIÇÃO FINANCEIRA

O Ativo total líquido é de 602,4M€, representando o ativo intangível bruto um montante de 904,2 M€. O ativo intangível previsto realizar a junho era de 910,1M€, verificando-se uma redução de 5,9M€ justificada pelo desvio no investimento realizado no período (6,5M€), deduzido da diferença de 0,6M€ resultante entre o investimento previsto na estimativa de fecho de 2020 e o efetivamente realizado nesse ano.

O desvio de recuperação de gastos deficitário foi recuperado no 2.º trimestre, apurando-se a junho o superavit de 3,0M€, que representa uma evolução positiva e significativa para o orçamentado. A aceleração da recuperação do desvio face ao previsto resulta da evolução favorável do superavit no período, coadjuvado pela variação positiva ocorrida entre a estimativa de fecho de 2020 (7,9M€), e o fecho de 2020 (2,9 M€).

A dívida de Clientes apresenta uma evolução favorável, para o homólogo e orçamentado com uma redução de 8 dias face ao PMR estimado.

A decomposição do saldo de Clientes é a seguinte:

Ativo não corrente	
Acordos de pagamento (não corrente)	64
Ativo corrente	
Clientes municipais	13 581
Clientes privados	66
Acordos de pagamento (corrente).....	304
Sub-total ativo corrente	13 951

As Disponibilidades apresentam uma variação positiva para o orçamentado, resultante da não utilização pela Holding da linha de crédito acordada, bem como da contração do investimento previsto.

Os outros ativos correntes no total de 2,6 milhões de euros são compostos maioritariamente por Devedores Diversos e Devedores por Acréscimos de Rendimentos (juros).

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Capital Empregue⁽¹⁾	mEur	396 076	394 543			394 543	404 255	392 971
Autonomia Financeira	%	19%	19%			19%	18%	19%
Liquidez Geral	n.º	3,6	3,4			3,4	3,8	3,2
Solvabilidade	n.º	0,2	0,2			0,2	0,2	0,2
Fundo de Maneio	mEur	78 166	74 204			74 204	85 074	65 272
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue⁽¹⁾	%	1,3%	1,5%			2,8%	3,1%	1,3%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	0,8%	0,9%			1,6%	1,7%	2,8%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	0,1%	0,2%			0,3%	0,3%	0,5%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

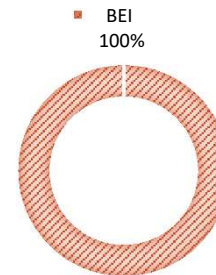
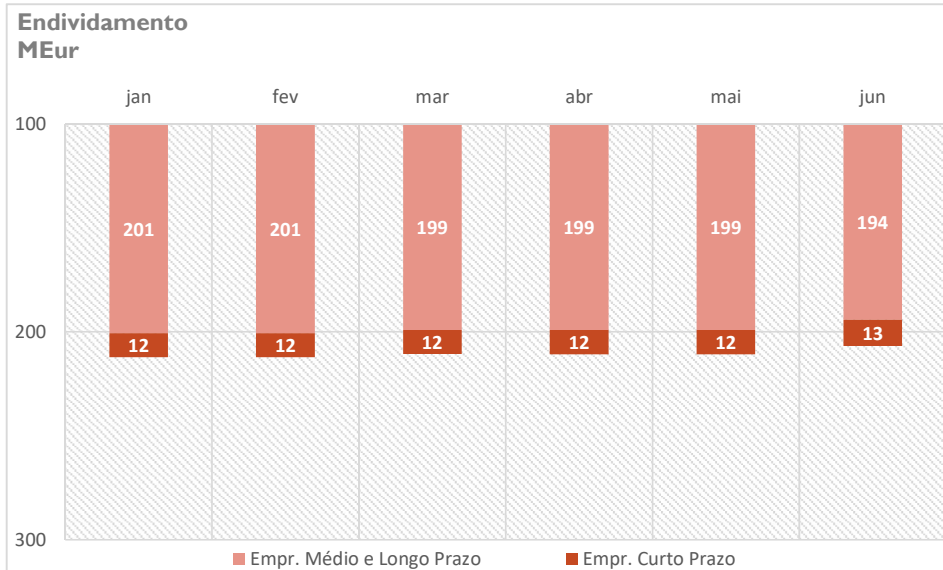
2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Empréstimos	mEur	210 739	206 853			206 853	217 430	207 099
Médio e Longo Prazo	mEur	198 996	194 112			194 112	206 756	194 836
BEI	mEur	200 109	195 200			195 200	207 941	196 021
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-1 112	-1 088			-1 088	-1 185	-1 185
Curto Prazo	mEur	11 742	12 741			12 741	10 674	12 263
BEI	mEur	11 742	12 741			12 741	10 674	12 263

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	210 739	206 853			206 853	217 430	207 099
Debt to equity	%	187%	182%			182%	191%	176%
Net Debt - Endividamento líquido⁽¹⁾	mEur	123 501	120 721			120 721	120 425	133 623
Net Debt to EBITDA⁽¹⁾	n.º	3,4	3,3			3,3	3,0	2,3
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	52	52			52	49	60,0
PMP - Prazo Médio de Pagamentos⁽²⁾	dias	35	29			29	44	34,9

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Período homólogo recalculado.



A variação para o orçamento deve-se à previsão de utilização de 32M€ da linha de crédito pela AdP, que não se verificou.

No capital próprio está reconhecida a aplicação de resultados de 2020, deliberada em Assembleia Geral de março de 2021, que aprovou o aumento da Reserva Legal em 0,2M€ e a distribuição de Dividendos no valor de 3,5M€.

Em provisões foi registada a reversão da provisão constituída em 2020, relativa a juros previstos pagar no âmbito da ação intentada pela Massa Insolvente do fornecedor ASIBEL, por ter sido celebrado acordo judicial com a Massa Insolvente da Entidade.

O montante reconhecido em acréscimos de custos tem uma variação negativa de 4%, devido ao menor valor do investimento concretizado no período.

Os outros passivos não correntes no valor de 16,2M€ são maioritariamente formados por impostos diferidos passivos, cuja redução face ao previsto se deve à evolução favorável do desvio de recuperação de gastos.

Os outros passivos correntes no total de 17,3M€ são constituídos por dívidas a fornecedores e outros credores e por dívidas ao Estado.

DÍVIDA FINANCEIRA 206,9 M€

O Endividamento é integralmente suportado por financiamento do BEI. No trimestre foram amortizados 3,9M€ de dívida, perfazendo um total de 5,4M€ no ano.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 120,7 M€

A formação do Endividamento Líquido engloba o conjunto de disponibilidades existentes.

3. INDICADORES COMERCIAIS

2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	45,5	45,4			90,9	90,9	90,9
Volume de atividade - saneamento	Mm ³	45,5	45,4			90,9	90,9	90,9
Volume de Negócios⁽¹⁾	mEur	20 691	20 682			41 373	41 739	41 371
Volume negócios - saneamento	mEur	20 691	20 682			41 373	41 739	41 371
Dívidas de Utilizadores								
Dívida total ⁽²⁾	mEur	14 887	14 887			14 887	14 338	16 952
Dívida vencida total	mEur	689	689			689	1 371	0
Acordos de pagamento ⁽³⁾	mEur	581	581			581	1 082	0
Injunções	mEur	0	0			0	0	0

¹ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

² Corresponde à dívida líquida.

³ Inclui acordos da ex-AdO que no processo de cisão da AdLVT permaneceram sob sua gestão, devido ao facto de abrangerem as atividades de abastecimento e de saneamento.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	45 355	45 288			90 642	90 630	90 587
Sistema da Grande Lisboa	mm ³	39 722	39 722			79 444	79 658	79 489
Sistema do Oeste	mm ³	5 633	5 565			11 198	10 972	11 098
Total de efluentes faturados Outros	mm³	112	105			217	233	294
TOTAL	mm³	45 467	45 392			90 860	90 863	90 880

ATIVIDADE

90,9 Mm³

O caudal de água residual faturado foi de 90,9 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

O sistema da Tejo Atlântico abrange, quase na totalidade, 23 Municípios, situados na Grande Lisboa e Oeste. Os volumes mais significativos situam-se na Grande Lisboa, que representa 88% do total da atividade, com destaque para Lisboa, Sintra, Cascais, Oeiras, Amadora, Loures e Odivelas.

Dívidas de Utilizadores*		2021						
		Div. Total	Div. Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	13 063	991	11 322	369	,	381	0

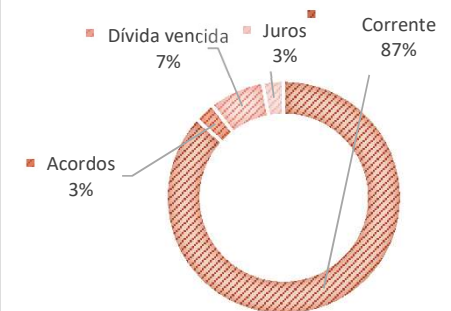
* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES MUNICIPAIS

13,1 M€

A dívida total dos utilizadores municipais ascende a 13,1M€, dos quais 1M€ é dívida vencida, composta por dívidas pontuais e sem relevância, pois os clientes estão a pagar sem atrasos significativos.

Comparativamente ao orçamento verifica-se um melhoria do saldo de clientes decorrente do facto do prazo de recebimento ter sido inferior ao previsto.



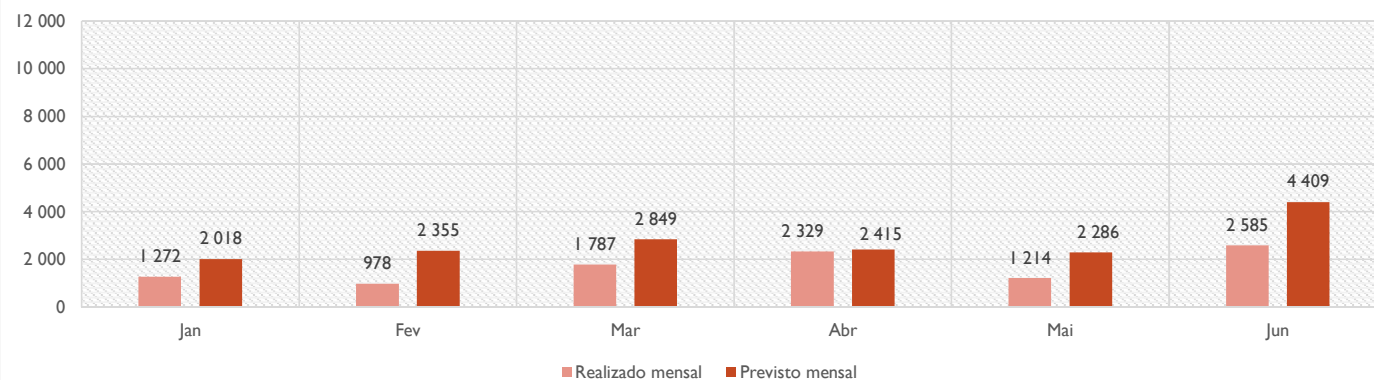
4. INVESTIMENTOS

2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Investimento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	Per.homól.	Orçam.
Investimento	mEur	4 037	5 528			9 565	6 579	16 332
Saneamento ⁽¹⁾	mEur	3 980	5 506			9 486	6 501	16 013
Estrutura	mEur	57	23			79	78	320

¹ Investimento sem dedução de abates.

Investimento mensal: realizado vs previsto
mEur



INVESTIMENTO

9,6 M€

O investimento realizado no período tem um desvio de 41% para o previsto.

A realização mais significativa no período abrange 7,2 M€ em empreitadas, 1,8M€ em prestações de serviços e 0,6M€ em aquisições de equipamento básico, capitalizações e equipamento administrativo.

Investimento específico para acompanhamento ⁽¹⁾	Início Real/Previsto ⁽²⁾	Conclusão Prevista ⁽²⁾	mEur	Execução Acumulada ⁽³⁾				Execução Prevista ⁽³⁾ 2021	Execução do Ano (%)	Valor Total Previsto ⁽³⁾	
				Anterior	1º T	2º T	3º T				4º T
1 Conceção/Construção da Beneficiação FA de Chelas – Fase I	dez/19	set/22	mEur	23	0	742			2 640	28%	4 800
2 Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena - Fase I	jan/21	mai/22	mEur	0	0	0			1 624	0%	2 300
3 Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - 1ª Fase	mai/21	jun/23	mEur	0	0	0			1 385	0%	4 500
4 Conceção/Construção da Beneficiação FA S.João da Talha - Fase I	set/20	abr/22	mEur	13	551	1 093			1 339	82%	2 231
5 Fornecimento e Montagem Equip.Eletromecânicos da Zona Norte	mar/21	jul/22	mEur	0	0	0			1 059	0%	1 800

¹ Fichas individuais de acompanhamento da componente empreitadas, anexas ao presente relatório.

² Datas conforme PAO2021.

³ Inclui Empreitada, Estudos e Projetos, Fiscalização, Assessoria e Outros.

5. EFICIÊNCIA OPERACIONAL

2.º Trimestre 2021 (sem PRR)

Plano de redução de custos (PRC)		Valor Trimestre				Acumulado			
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	R 2T2020	R 2T2019	O 2T2021
EBITDA	mEur	7 662	7 850			15 512	14 958 ▲	16 331 ▼	19 607 ▼
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	mEur	9 194	9 111			18 305	19 972 ▼	22 524 ▼	14 793 ▲
(1) Custo das Vendas/ Variação dos Inventários	mEur	838	954			1 792	1 324 ▲	1 336 ▲	1 619 ▲
(2) Fornecimentos e Serviços Externos	mEur	7 423	7 652			15 075	14 361 ▲	12 457 ▲	17 872 ▼
(2a) Anulação do efeito dos gastos COVID	mEur	- 292	- 378			- 671	- 201 ▼	0 ▼	- 340 ▼
(3) Gastos com o pessoal s/ indemnizações	mEur	3 118	2 772			5 890	5 803 ▲	5 267 ▲	6 770 ▼
(3b) Anulação do efeito dos gastos COVID	mEur	- 144	- 139			- 284	- 333 ▲	0 ▼	- 230 ▼
(4) Gastos Operacionais (GO) (1)+(2)+(3)	mEur	10 942	10 860			21 802	20 953 ▲	19 060 ▲	25 692 ▼
(5) Volume de Negócios (VN)⁽²⁾	mEur	20 691	20 682			41 373	41 739 ▼	41 597 ▼	41 371 ▲
(6) Peso dos Gastos (GO)/(VN) = (4)/(5)	%	53%	53%			53%	50% ▲	46% ▲	62% ▼
(i) Gastos com deslocações e alojamento	mEur	2,7	4,6			7	37 ▼	48 ▼	61 ▼
(ii) Gastos com ajudas de custo (G. c/Pessoal)	mEur	0	0			0	1 ▼	5 ▼	5 ▼
(iii) Gastos com a frota automóvel	mEur	185	197			382	352 ▲	381 ▲	417 ▼
(6) Total = (i) + (ii) + (iii)	mEur	187	202			389	390 ▼	434 ▼	483 ▼
(7) Estudos, pareceres e projetos de consultoria	mEur	5	3			8	31 ▼	0 ▲	51 ▼
Número total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	Unid.	382	381			381	373 ▲	374 ▲	453 ▼
N.º Órgãos Sociais (CA+CF)	Unid.	10	10			10	10 =	9 ▲	10 =
N.º Cargos de Direção (CD)	Unid.	7	7			7	6 ▲	6 ▲	6 ▲
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) ⁽³⁾	Unid.	365	364			364	357 ▲	359 ▲	437 ▼
N.º Trabalhadores/ N.º CD	Unid.	52	52			52	60 ▼	60 ▼	73 ▼
Número de viaturas	Unid.	144	144			144	143 ▲	144 =	155 ▼

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

² Volume de negócios sem DRG e IFRIC12.

³ Retificação a março/2021.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Considerando que a elaboração do Plano e Orçamento de 2021 foi efetuada ao abrigo das Instruções constantes no Despacho n.º 395/2020 do SET de 27/07/2020, que estabelece como base para perspetivar o cumprimento dos indicadores e princípios orçamentais, o maior dos valores verificados entre os anos 2019 e 2020, apresenta-se a evolução da eficiência operacional com a comparação respetiva.

A análise do cumprimento dos resultados da execução do ano de 2021, poderá ser observada no capítulo do Cumprimento das Orientações Legais, constante do relatório e contas da Empresa.

Cumprimento do Despacho 395-SET		Valor Trimestre				Acumulado			Ano Referência	
		1º T	2º T	3º T	4º T	2021	R 2T2020	R 2T2019		O 2T2021
Gastos com pessoal⁽¹⁾	mEur	2 973	2 633			5 606	5 470 ▲	5 267 ▲	6 540 ▼	
Órgãos Sociais	mEur	98	111			208	169 ▲	178 ▲	181 ▲	
Absentismo ⁽²⁾	mEur	0	0			0	0 =	0 =	0 =	
G.P. (sem efeito de OS e Absentismo)	mEur	2 876	2 522			5 397	5 301 ▲	5 089 ▲	6 358 ▼	2019
Rubricas Operacionais⁽³⁾	mEur	187	202			389	390 ▼	434 ▼	-6 177 ▲	2019
Gastos c/estud, pareceres e proj.consultoria	mEur	5	3			8	31 ▼	0 ▲	51 ▼	2020

¹ Gastos sem efeito COVID19.

² Indicador a apurar no final do exercício.

³ Valor relativo a gastos com viaturas, deslocações, alojamento e ajudas de custo.

Principais dificuldades decorrentes do contexto atual e a perspectiva do CA sobre a forma de as gerir e ultrapassar:

A situação que vivemos desde março/20 obrigou a Administração a tomar decisões complexas que alteraram rotinas e modelos de atuação, com a exigência profunda de segurança dos trabalhadores e das instalações e responsabilidade individual e coletiva.

Deparando-nos com um constrangimento operacional já estrutural, no que respeita ao reduzido número de trabalhadores nas áreas de operação e manutenção, foi necessário encontrar formas de gestão que permitissem cumprir o contrato de concessão e assegurar a nossa missão sem interrupções no serviço público, destacando-se, designadamente as seguintes medidas:

- . Colocámos a operação a funcionar em regime de rotatividade, desfasamento de turnos e com equipas de prevenção de prontidão, de modo a assegurar o tratamento das águas residuais diariamente com a qualidade exigida pelas respetivas licenças, e a continuidade do serviço, o que implicou a realização de horas de trabalho suplementar e de contratação de trabalho temporário para garantir as equipas em espelho;
- . Adequámos as equipas de manutenção e de engenharia, mantendo-as em rotação ativa e, sempre que as funções com isso fossem compatíveis, colocámos as pessoas em trabalho remoto;
- . Mantivemos cerca de 40% dos trabalhadores no ativo na “linha da frente” e 20% em reserva de prontidão;
- . Assegurámos com os fornecedores, e através de aquisições complementares, as necessidades de stocks de reagentes e equipamentos necessários para os próximos meses e capacidade para os adquirir em continuidade;
- . Reforçámos a aquisição, dotação e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) – o que exigiu intensificar a comunicação interna e o acompanhamento e formação pela equipa de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - estão asseguradas as necessidades de EPIs e materiais essenciais ao trabalho em segurança para os próximos meses;
- . Realizámos um esforço de adequação dos equipamentos informáticos, de forma a munir todos os colaboradores dos meios necessários para trabalharem remotamente – Atualmente temos 40% da força de trabalho a funcionar deslocalizadamente;
- . Aumentámos os instrumentos necessários para trabalhar remotamente, assim como a capacidade de disponibilização de Internet/ wi-fi e meios de acesso aos servidores centrais (VPN), realizando um esforço de contratação e aquisição a este nível para suprir as necessidades de uma crescente utilização e produção digital na empresa e seus trabalhadores deslocalizados;
- . Implementámos novas (e ampliadas) rotinas de limpeza e de desinfeção e contratámos equipas especializadas, nomeadamente para a realização de desinfeções extraordinárias sempre que exista necessidade ou suspeita de agentes contaminantes;
- . Criámos vias de apoio físico e psicológico nas plataformas internas da empresa e do Grupo AdP para que os trabalhadores possam manter o equilíbrio pessoal e familiar.

Foram concedidas 2 horas de trabalho suplementar adicionais para garantir o tempo necessário para cumprirmos as regras de proteção individual, incluindo o equipamento de proteção individual e as desinfecções, antes e depois de iniciarmos as suas funções, abrangendo todos os trabalhadores das carreiras profissionais de Técnico e de Técnico Operativo, das áreas operacionais de manutenção, de operação/exploração e de laboratório, os trabalhadores com funções de Supervisão de Equipas e aqueles que, por necessidade da empresa, tiveram de desempenhar as suas funções nas Fábricas de Água ou em serviço externo, que auferissem uma remuneração base mensal entre os 677€ e os 1 524€, num máximo de 350€ por mês. O período considerado para esta remuneração suplementar durará enquanto se mantiverem as medidas de confinamento decretadas durante o estado de emergência.

Os gastos diretos incorridos com as medidas implementadas para fazer face à situação de pandemia ascendem no segundo trimestre de 2021 a 0,96 milhões de euros, dos quais: i) 30% são gastos associados às medidas relativas a recursos humanos, sendo mais representativos os gastos com equipamento de proteção e segurança, e os gastos com trabalho suplementar e, ii) 70% são gastos com limpeza e desinfecção das instalações e trabalho temporário, entre outros.

Em meados de março/2021 o Governo apresentou as medidas de desconfinamento que vigoraram entre 15 de março e 3 de maio, que constituem um processo gradual sujeito a reapreciação quinzenal em função da avaliação do risco da pandemia de COVID-19. Por ser considerado um processo a "conta-gotas", a Águas do Tejo Atlântico manteve o dever geral de confinamento e as regras que têm vigorado durante os estados de emergência, pelo que continuou a ser obrigatório o regime de trabalho remoto para todas as funções compatíveis com esta modalidade de trabalho e mantiveram-se na #linhaafrente todos os trabalhadores necessários para assegurar o cumprimento da missão da empresa.

Até finais de junho, apesar de existirem alguns sinais positivos no que se refere à pandemia, nomeadamente a evolução do processo de vacinação, manteve-se o seguimento das recomendações das Autoridades de Saúde e as regras de segurança implementadas na empresa. Nessa perspetiva, deu-se continuidade ao regime de trabalho remoto para todas as funções compatíveis com esta modalidade de trabalho e os trabalhadores da #linhaafrente continuaram a assegurar o cumprimento da sua função no seu posto de trabalho.

De salientar que a Comissão Executiva aprovou o "Plano de Reforço de Segurança AdTA 2021", desenvolvido por todas as unidades orgânicas da empresa, que tem como objetivo incrementar a realização de ações efetivas ao nível organizacional e operacional com vista ao aumento da segurança das pessoas e das instalações, melhoria de condições para resposta à emergência, sinalização, procedimentação, formação, melhoria de competências, informação e comunicação que, não decorrendo diretamente da atual situação pandémica, será um instrumento fundamental para garantir as condições de proteção e segurança dos trabalhadores neste momento particularmente sensível.

Paralelamente mantém-se o reforço e exigência do cumprimento de todas as normas em vigor relativas ao combate à propagação da COVID-19, das medidas de prevenção que permitem a sua contenção nos locais de trabalho (e em casa), bem como o uso correto e obrigatório de máscara, de forma a mantermos a frente desta batalha ativa, sem esmorecer nem facilitar.

Em 2021, a Águas do Tejo Atlântico mantém o serviço dentro dos constrangimentos de pandemia, sem interrupções e com uma equipa unida e motivada, cumprindo as regras sociais e de trabalho impostas, para salvaguarda de todos os que nos rodeiam.

Sendo a nossa atividade de importância vital para a saúde e bem-estar das populações, assim como para o bom ambiente da região que servimos, continuamos a cumprir o nosso dever com responsabilidade.

ANEXO

Fichas individuais de acompanhamento do investimento

Ficha 1 - Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase I

Ficha 2 - Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – Fase I

Ficha 3 - Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico - Fase I

Ficha 4 - Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha

Ficha 5 - Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16")

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção-Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de Chelas – Fase 1

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

abr/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 823 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

0%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

742 (milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

15%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

2 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

1 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

3 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

[A empreitada foi consignada em 18-01-2021.](#)

[O projeto de execução foi aprovado pela Tejo Atlântico em 01-04-2021.](#)

[Foram iniciados e encontram-se em curso os trabalhos de construção civil relativos às principais intervenções previstas.](#)

[Foram aprovados a generalidade dos equipamentos previstos e iniciou-se a montagem de alguns deles.](#)

[A estimativa atual do valor da obra corresponde a 100,65 % do valor de adjudicação.](#)

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Reabilitação Estrutural do Emissário de Barcarena – fase I

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jun/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 970

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-14%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

5

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

2

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

7

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

A empreitada foi adjudicada em 18/02/2021 e foi assinado o contrato a 18/03/2021.

A obra foi consignada em 26/04/2021.

A estimativa do valor da obra corresponde ao valor de adjudicação.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o carácter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou ratios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Sistema de Telegestão da Águas do Tejo Atlântico -1ª Fase

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

set/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

4 500 (milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

5 (meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0 (meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

5 (meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

O concurso da empreitada encontra-se em fase de apreciação de propostas.

No decurso do mês de maio 2021 foi elaborado o Relatório Preliminar de Análise de Propostas, tendo-se iniciado a fase de Audiência Prévia.

Foram recebidas pronúncias de concorrentes, cuja resposta foi remetida no final de junho 2021.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do carácter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Conceção/Construção da Beneficiação da Fábrica de Água de São João da Talha.

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jan/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

2 231

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

1 093

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

49%

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

6

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

-4

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

2

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Em termos de desenvolvimento dos trabalhos registou-se o seguinte:

- 1) Em fase de conclusão a reabilitação dos balneários masculinos e construção dos balneários femininos, bem como o edifício técnico de apoio;
- 2) Em fase de conclusão a reabilitação do espessador gravítico B, concluído o espessador A;
- 3) Em curso a montagem das coberturas do tanque de homogeneização e do desarenador/desengordurador;
- 4) Em curso os ensaios dos grupos eletrobombas das lamas em excesso e concluída a montagem do parafuso transportador de lamas;
- 5) Em curso a reabilitação das caixas dos circuitos de escorrências;
- 6) Na fase final a reabilitação de construção civil e a montagem de novos parafusos de Arquimedes do 1º e 2º estágio;
- 7) Concluída a reabilitação de construção civil do tanque de lamas digeridas.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL - 3

O número de ordem identifica o investimento, de acordo com a seleção de investimentos realizada.

A menção a "investimento plurianual" destina-se apenas a clarificar o caráter universal da ficha, visto que o investimento anual é apenas um caso particular do plurianual.

Entende-se "investimento" como o conjunto de processos que culminará na realização e conclusão de uma determinada empreitada mas que começa muito antes da mesma (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização).

No entanto, por uma questão de maior foco e simplicidade, todos os dados "numéricos" (valores, datas-mês ou raios) presentes nesta ficha referem-se exclusivamente à empreitada, a qual representa uma percentagem muito importante do valor global do investimento. Considera-se que o acompanhamento "numérico" é mais simples e imediato se se concentrar num processo individual, sendo certo que a empreitada (incluindo o fornecimento e montagem de equipamentos) é de longe o processo individual mais relevante no comum dos investimentos. Mas há que acentuar que não são apenas os aspetos "numéricos" que estão aqui em causa e que as notas sobre o desenvolvimento do investimento devem abarcar as diversas componentes do mesmo.

Nota importante de preenchimento: nos campos nos quais é solicitada a introdução de determinado mês, a data introduzida tem de ser a do primeiro dia do mês (sugere-se o seguinte formato de inserção: "jun16").

LEGENDA: - introdução de dados

Nome da empresa

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Denominação completa da empresa

Data de elaboração do planeamento

31-08-2020

Data formal de conclusão do processo de elaboração do planeamento; por definição, esta data refere-se sempre ao último dia do mês em causa

Designação do investimento

Substituição de Equipamentos Eletromecânicos da Zona Norte da Águas do Tejo Atlântico

A designação do investimento coincide com a designação da empreitada.

Mês de referência

jun/21

Mês a que se refere a ficha

Mês real ou agora previsto de começo da contagem do tempo

jul/21

O mês de começo da contagem do tempo refere-se à faturação e não aos pagamentos, nos termos da filosofia geral adotada na ficha.

Se o início da obra for posterior à data de elaboração do planeamento, o começo da contagem do tempo coincide naturalmente com o mês de início da obra.

Se o início da obra foi anterior à data de elaboração do planeamento, então o mês de começo é o mês a seguir a essa data (ou, se a obra estiver suspensa, o mês real ou previsto para a retoma).

Estimativa atual do valor total da obra

1 274

(milhares de euros)

Valor total estimado para a empreitada, considerando a totalidade da sua duração, passada e futura.

Consoante a fase, poderá basear-se apenas em estudos preliminares, ou incorporar já a informação relativa ao orçamento do projetista, ou mais tarde ao valor de adjudicação, ou mais tarde a trabalhos a mais ou a outras alterações.

Desvio real ou previsto do valor total da obra face ao planeado

-29%

Desvio resultante da comparação entre o valor total atualmente previsto para a obra e o valor total planeado.

Valor real de obra acumulado até à data

(milhares de euros)

Valor real acumulado desde o início da obra até ao mês de referência desta ficha, mesmo que esse início tenha ocorrido antes da data de elaboração do planeamento.

Este valor tem de ser inferior à estimativa atual do valor total da obra (acima): a igualdade existe apenas na situação de fecho do investimento, para a qual está prevista uma folha própria (ficha de fecho).

Grau de avanço da obra

Medida do estado de adiantamento da obra, resultante do quociente do valor real de obra acumulado até à data pelo valor total de obra agora previsto.

Desvio temporal real ou previsto do começo face ao planeado

4

(meses)

O desvio temporal, que compara o real com o planeamento, tem sinal positivo em caso de atraso, e sinal negativo em caso de antecipação.

Este desvio será já real ou então a previsão mais atual. Pode haver desvio para uma obra iniciada antes da data de elaboração do planeamento caso a obra estivesse suspensa nessa data e o mês previsto para a retoma não tenha sido cumprido.

Desvio temporal na fase de obra face ao planeado

0

(meses)

Este desvio compara o real e o planeado apenas para a fase de obra, pelo que pressupõe que a obra se iniciou no mês planeado para o efeito. O atraso ou avanço no início da obra, face ao planeamento, é medido na rubrica anterior.

A medida deste desvio resulta da comparação entre o realizado até à data com o perfil de execução previsto no planeamento.

Desvio temporal atual total face ao planeado

4

(meses)

O desvio total resulta da soma das duas parcelas anteriores.

Notas atualizadas sobre o desenvolvimento do investimento

Foi realizada a audiência prévia do concurso da empreitada.

Em fase de audiência prévia foram recebidas duas pronúncias por parte dos concorrentes.

A adjudicação foi realizada em 15/04/2021 e o contrato assinado a 29/06/2021.

Aspetos mais relevantes do processo de desenvolvimento do investimento, consoante a fase em que o mesmo estiver e dependendo tais fases do caráter do investimento e da sua dimensão (contratação de estudos de engenharia, elaboração de estudos, contratação de trabalhos de topografia, geotecnia, etc., contratação de outros serviços/assessorias, contratação do projeto de engenharia, elaboração do projeto, revisão do projeto, contratação de apoio às expropriações, prestação desse apoio, aquisição/expropriação/servidão de terrenos, concurso para a obra, fase de adjudicação, desenvolvimento da obra e sua fiscalização). Deve ser dado relevo aos constrangimentos e dificuldades encontradas, e ao historial em geral.

Destas notas devem constar comentários aos desvios acima apurados e em geral a justificação dos afastamentos em relação ao planeado.

Fundos comunitários

Indicar se o investimento foi objeto de candidatura a fundos comunitários e, em caso afirmativo, se a mesma foi aprovada, se está ainda em fase de instrução ou se foi preterida; em caso negativo, se está ou não prevista a inclusão em candidatura a apresentar.

Se for caso disso, complementar os dados referidos com informação que se considere relevante para o efeito.

Comparticipação comunitária

(milhares de euros)

A preencher apenas no caso de a participação estar já devidamente aprovada. Está em causa o apoio referente a este investimento específico, naturalmente.



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Memorando de Acompanhamento relativo ao segundo trimestre de 2021

Exmos. Senhores,

Introdução

Para efeitos do disposto no Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, procedemos à análise da informação financeira, incluída em Anexo, preparada pelo Conselho de Administração da AdTA - Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Entidade), relativa ao segundo trimestre de 2021, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2021”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa e (iii) a análise do plano de investimentos.

Responsabilidades

1 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

2 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Entidade ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento trimestral, com vista à identificação de eventuais situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

3 Para a elaboração do presente Memorando de Acompanhamento, efetuámos os seguintes procedimentos:

- a) Acompanhamento da atividade da Entidade através de:
 - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Entidade e leitura das atas, tendo sido solicitado e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consultados os balancetes e restante informação financeira relativos ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021;
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.
- b) Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, no que se refere aos seguintes aspetos:

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- Plano de contratação de trabalhadores conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Plano de recuperação de custos conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Limite de endividamento das empresas do setor empresarial do Estado conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET;
 - Princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 172º do Decreto-Lei n.º 75-B/2020;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e com o Despacho 9870/2009; e
 - Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.
- c) Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Entidade e das comunicações e inspeções fiscais.

4 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Entidade do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da atividade desenvolvida pela Entidade no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto na alínea i) do nº 1 do Artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro.

Principais aspetos e conclusões

4.1 A demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e aos períodos homólogos encontram-se detalhadas e justificadas no documento em anexo, preparado pelo Conselho de Administração da Entidade, denominado por “Relatório de Execução Orçamental – 2º Trimestre 2021”.

4.2 A Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o Prazo médio de pagamentos seja superior a 60 dias. A Entidade apresenta um PMP de 29 dias, inferior ao limite, pelo que dispensa a apresentação de dívidas aos seus fornecedores no seu site da internet. No âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP inferior a 40 dias, o que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

4.3 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao plano de contratação de colaboradores, a Entidade encontra-se em cumprimento.

4.4 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita à redução ou manutenção do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, a Entidade encontra-se em incumprimento comparativamente com o exercício de 2019, não obstante de se encontrar em cumprimento face ao orçamento.

4.5 Conforme previsto no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao plano de redução de custos, a Entidade encontra-se em cumprimento quanto aos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel e aos gastos com estudos, pareceres, projetos e consultoria. No que respeita à manutenção dos gastos com pessoal, a Entidade encontra-se em

incumprimento face ao exercício de 2020, não obstante se encontrar em cumprimento face ao orçamento.

4.6 Não foram identificadas inconformidades com os requisitos legais estabelecidos no Despacho nº 395/2020 - SET, nomeadamente no que respeita ao limite do endividamento.

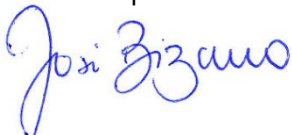
4.7 Adicionalmente, a Entidade encontra-se ainda em cumprimento no que diz respeito ao princípio da unidade de tesouraria previsto no artigo 172º do Decreto-Lei n.º 75-B/2020. Adicionalmente, e de forma complementar à informação divulgada no Relatório de Governo Societário do exercício de 2020, indagámos junto dos responsáveis que a Entidade se encontra a cumprir no exercício de 2021 com os Princípios do Bom Governo determinados pelo Decreto-Lei n.º 133/2013.

4.8 Observámos o cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos. Adicionalmente garantimos que a situação contributiva da Entidade estava regularizada e que não existiram comunicações e inspeções fiscais durante o período.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais.

4 de janeiro de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, R.O.C.

H
b

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021 DA
ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.**

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal (CF) da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA ou Entidade), apresenta o seu relatório de conclusões, referente à análise do Relatório de Execução Orçamental do segundo trimestre de 2021 (doravante designado por REO 2T 21).
2. A cronologia da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento de 2021 ("PAO 2021") e seus respetivos pareceres, foi a seguinte:

	Aprovações/Pareceres	Data
PAO 2021	Aprovação do Conselho de Administração	21/09/2020
	Parecer do Revisor Oficial de Contas	27/10/2020
	Parecer do Conselho Fiscal	28/10/2020
	Aprovação em Assembleia Geral	18/03/2021
	Aprovação pelo Secretário de Estado do Tesouro	04/11/2021

3. Descrição dos factos que condicionam as nossas conclusões:
 - 3.1 *A versão do PAO de 2021, sem impactos no âmbito do "Programa de Recuperação e Resiliência", utilizada pelo Conselho de Administração, para a elaboração deste REO 2T 21, tem as seguintes limitações:*
 - *Incorpora a previsão do investimento a realizar no prazo da concessão, isto é, cerca de 197,7 milhões de euros, o qual foi determinado com base em preços constantes de 2016 (tendo em conta o Estudo de Viabilidade Económica e Financeira apresentado). Em consequência, o investimento previsto poderá estar desfasado com a realidade atual.*
 - *Foi elaborado numa base anual, considerando a projeção das contas semestrais executadas relativas ao primeiro semestre de 2020, as quais não tinham ainda sido auditadas.*
 - 3.2 *Com referência a 30 de junho de 2021 (segundo trimestre de 2021) não existem demonstrações financeiras intercalares auditadas, pelo que o Conselho Fiscal não pode garantir / validar, com total fiabilidade, as asserções contidas, nomeadamente, nas rubricas da posição financeira e da demonstração dos resultados apresentadas, na parte da execução.*

RESPONSABILIDADES

4. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2 e 3 e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (“RJSPE”), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas, a preparação dos REO trimestrais por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
5. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no REO 2T 21 e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do segundo trimestre de 2021, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto e informação trocada com a Administração e seus Serviços e (iv) analisamos o conteúdo do “Memorando de Acompanhamento relativo ao segundo trimestre de 2021”, emitido pelo ROC da AdTA em 04 de janeiro de 2022.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

6. O REO 2T 21, apresenta os seguintes desvios entre os valores reais (a execução) e os orçamentados (previstos) para o mesmo período, na Demonstração da Posição Financeira (“Balção”) e na Demonstração de Resultados:

6.1 DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

<u>Em mEuros</u>	<u>2º trimestre de 2021 (Acumulado)</u>				<u>Desvio absoluto</u>
	<u>Real</u>	<u>%</u>	<u>PAO 2021</u>	<u>%</u>	
<u>Demonstração da Posição Financeira</u>					
Ativo não corrente	497 698	83%	516 597	85%	(18 899)
Ativo corrente	104 676	17%	94 331	15%	10 345
Total do ativo	602 374	100%	610 928	100%	(8 554)
Capitais próprios	113 866	19%	117 922	19%	(4 056)
Passivo não corrente	458 037	76%	463 947	76%	(5 910)
Passivo corrente	30 471	5%	29 059	5%	1 412
Total do passivo	488 508	81%	493 006	81%	(4 498)
Total dos capitais próprios e passivo	602 374	100%	610 928	100%	(8 554)
Rácio de liquidez corrente	3,4		3,2		0,2
Rácio de autonomia financeira	19%		19%		0
Prazo médio de recebimentos	52		60		-8
Prazo médio de pagamentos	29		35		-6

De acordo com o nº2 do artigo 26º do Decreto-Lei n.º 84/2019, a Entidade deverá apresentar as dívidas a fornecedores no site da internet, caso o PMP seja superior a 60 dias. Dado que a Entidade apresenta um PMP de 29 dias, este preceito legal não se aplica.

Acresce que, no âmbito do Programa “Pagar a Tempo e Horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009 e pelo RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, a Entidade deveria apresentar um PMP igual ou inferior a 40 dias, facto que se verificou, encontrando-se assim em cumprimento.

6.1.1 *Comentários sobre as principais variações no “Ativo não corrente” executado, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 18.9 milhões de euros*

- a) **Redução** dos “Ativos Intangíveis”, face ao previsto, no montante de 6.7 milhões de euros. Este facto, resulta, nomeadamente, da variável “investimento”, pois os montantes executados (investimento bruto) somente atingem 59 % do investimento previsto (em milhões de euros):

Investimento	2º trimestre de 2021 (Acumulado)		Peso % do investimento real no PAO de 2021
	Real	PAO 2021	
Saneamento	9 486	16 013	59%
Estrutura	79	319	25%
Totais	9 565	16 332	59%

Para além do facto da pandemia, as razões para este desvio, estão associadas a acontecimentos ligados com a tramitação da contratação e pela existência, em alguns concursos, da total ausência de oferta de serviços.

- b) **Redução** da rubrica “Desvio de recuperação de gastos ativo - Deficit”, face ao previsto, no montante de 10.4 milhões de euros: A Entidade no final do primeiro semestre de 2021, recuperou a totalidade do défice tarifário acumulado de “balanço”, em resultado do superavit executado (incluído na demonstração dos resultados) obtido no final do primeiro semestre 2021, no montante global de 5.9 milhões de euros (mais 8.4 milhões face ao previsto). Este facto, resulta da acentuada redução dos gastos executados, face ao previsto, referente a “Fornecimentos e serviços externos”, “Amortizações” e “Gastos com pessoal”, além do contributo relacionado com a redução taxa de juro das OT, comparativamente ao previsto.

- M
B
- c) **Redução** da rubrica "Impostos diferidos ativos", face ao previsto, no montante de 1.5 milhões de euros: Resulta, nomeadamente, das diferenças fiscais temporárias associadas à redução das amortizações de investimento futuro (registado no "balanço" no passivo não corrente), em função do comportamento da contração do investimento face ao previsto, conforme referido na alínea 6.1.1 a) acima.

6.1.2 *Comentários sobre as principais variações no "Ativo corrente" executado, que conduziram a um aumento, face ao esperado, de 10.3 milhões de euros*

- a) **Redução** da rubrica "Clientes", face ao previsto, no montante de 3 milhões de euros: Em parte, esta variação é explicada pela redução do prazo médio de recebimentos da execução (52 dias) face ao previsto (60 dias).
- b) **Aumento** significativo da rubrica "Disponibilidades", face ao previsto, no montante de 44.6 milhões de euros: Em parte, esta variação é explicada pelos seguintes factos:
- Estava previsto ainda existir no final deste segundo trimestre, empréstimos concedidos junto da AdP SGPS, sob a forma de "Apoios à Tesouraria" no montante de 32 milhões de euros, facto que não se concretizou na execução (6.1.2.c. abaixo), pois os apoios concedidos encontram-se totalmente reembolsados, permitindo um aumento do "stock" de moeda incluído na rubrica "Disponibilidades", acima do esperado; e,
 - A contração do investimento executado, face orçamento (nota 6.1.1. a.) e o aumento do superavit tarifário tem permitido um acumular de stock de moeda, acima do esperado.
- c) **Redução** significativa da rubrica "Outros ativos correntes", face ao previsto, no montante de, aproximadamente, 31.8 milhões de euros: Esta variação tem o seguinte detalhe:

Descrição em MEur.	2º trimestre de 2021 (Acumulado)		
	Real	PAO 2021	Desvio absoluto
Estado e outros entes públicos	1 190	1 924	(734)
Apoios à Tesouraria da AdP SGPS		32 000	(32 000)
Outros ativos correntes	1 398	485	913
Total	2 588	34 409	(31 821)

Constata-se que a principal variação resulta da rubrica "Apoios à Tesouraria da AdP SGPS, face ao previsto, conforme referido na nota anterior (6.1.2 b).

6.1.3 *Comentários sobre as principais variações nos “Capitais próprios” executados, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 4.5 milhões de euros:*

A **redução** dos capitais próprios, face ao previsto, resulta, nomeadamente:

- a) Para efeitos de orçamentação, foi estimado que a transação com as ações próprias (de valor nominal de 2.5 milhões de euros), ocorreria no primeiro trimestre de 2021, facto que não aconteceu na execução;
- b) O desvio apresentado no “Resultado líquido” do primeiro trimestre de 2021 (desvio negativo de 1.4 milhões de euros), explicado pela redução da taxa de juro das OT a 10 anos mais spread (3.29%), face à taxa de juro mais spread orçamentado (5.70%).

6.1.4 *Comentários sobre as principais variações no “Passivo”, que conduziram a uma redução, face ao esperado, de 4 milhões de euros:*

- a) A rubrica “Financiamentos obtidos” de exigibilidade corrente e não corrente, está praticamente em linha com os montantes previstos (existe um desvio favorável de 246 mil euros no conjunto da exigibilidade corrente e não corrente).
- b) **Redução** da rubrica “Amortizações de investimento futuro”, face ao previsto, no montante de 4.9 milhões euros: Nesta rubrica são reconhecidas as amortizações acumuladas do investimento contratual, as quais são transferidas para a rubrica “Ativos intangíveis – amortizações acumuladas”, sempre que ocorre investimento executado. Assim, considerando o comportamento da variável “investimento” quanto à sua execução e previsão, conforme referido na nota 6.1.1 a) acima, a variação nesta rubrica, é explicada, nomeadamente, pela contração do investimento executado face ao previsto.
- c) **Redução** da rubrica “Outros passivos não correntes”, face ao previsto, no montante de 3.6 milhões de euros, a qual resulta da redução da rubrica “Passivos por impostos diferidos”, em consequência, nomeadamente, da redução executada no ativo não corrente associado ao desvio de recuperação de gastos, o qual demonstra uma evolução favorável à AdTA (nota 6.1.1.b):

Descrição em MEur.	2º trimestre de 2021 (Acumulado)		
	Real	PAO 2021	Desvio absoluto
Passivos por impostos diferidos	15 618	19 198	(3 580)
Fornecedores e outros passivos não correntes	611	570	41
Total	16 229	19 768	(3 580)

- d) **Aumento** da rubrica “Desvio de recuperação de gastos passivo - Supcravit”, face ao previsto, em cerca de 3 milhões de euros. Considerando o referido na nota 6.1.1 b., esta rubrica na sua execução, inclui neste primeiro semestre de 2021 os seguintes movimentos:

Descrição	Em mEuros
	Real
Desvio de recuperação de gastos - Ativo (Déficit):	
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2021	2 947
Supcravit apurado no primeiro semestre de 2021	(5 905)
Desvio de recuperação de gastos - Passivo (Supcravit):	
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	(2 958)

Assim, o aumento desta rubrica, de aproximadamente, 3 milhões de euros (montante executado) é por si só a variação registada, pois em sede orçamental era espectável no final do primeiro semestre de 2021, existir um “Défice” acumulado.

6.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Em mEuros	2º trimestre de 2021 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real	PAO 2021	
Demonstração dos resultados			
Prestação de serviços (saneamento)	41 373	41 371	2
Rédito dos serviços de construção (IFRIC 12)	9 486	15 481	(5 995)
Défice / (Supcravit) tarifário	(5 905)	2 448	(8 353)
Gastos dos serviços de construção (IFRIC 12)	(9 486)	(15 481)	5 995
Custo das vendas / variação de inventário	(1 791)	(1 619)	(172)
Margem Bruta	33 677	42 200	(8 523)
Fornecimento e serviços externos	(15 075)	(17 872)	2 797
Gastos com pessoal	(5 890)	(6 770)	880
Amortizações	(10 356)	(12 245)	1 889
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	735		735
Outros gastos e perdas operacionais	(391)	(349)	(42)
Subsídios ao investimento	2 376	2 366	10
Outros rendimentos e ganhos operacionais	80	32	48
Resultados operacionais	5 156	7 362	(2 206)
Resultados financeiros	(2 944)	(2 933)	(11)
Impostos	(373)	(1 180)	807
Resultado líquido do período	1 839	3 249	(1 410)

Da análise efetuada pelo Conselho fiscal às principais variações identificadas na demonstração dos resultados, salientamos os seguintes factos:

- As prestações de serviços encontram-se em linha com o orçamento;
- Os montantes decorrentes da aplicação da IFRIC 12 registam variações opostas, face ao previsto, de 6 milhões de euros, em virtude do referido na alínea 6.1.1 a) acima.

- c) O superavit tarifário do primeiro semestre de 2021, face ao previsto (Défice tarifário), é favorável à Entidade em aproximadamente 8.4 milhões de euros, o qual se deve, maioritariamente, à redução nas rubricas “Fornecimento e serviços externos”, Amortizações, “Gastos com pessoal” e nos “Impostos”, face ao previsto, de 2.8 milhões de euros, 1.9 milhões euros , 880 mil euros e 807 mil euros, respetivamente, além do impacto (“favorável”) da taxa juro das OT (mais respetivo spread) face à taxa de juro prevista conforme referido na nota 6.1.3 b).
- d) O desvio face ao previsto ocorrido na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”, é consequência da reversão da provisão constituída em 2020, relativa a juros que se estimava liquidar relativo a ação interposta pela “Massa insolvente” do fornecedor Asibel, com a qual a Entidade no decurso do primeiro semestre de 2021, chegou a um acordo.
- e) Rcalce que o EBITDA (Ajustado) obteve um desvio favorável à Entidade, face ao previsto, de 3.5 milhões de euros, para o qual contribui o comportamento favorável dos factos referidos na alínea 6.2 c) acima.

6.3 EFICIÊNCIA OPERACIONAL / ORIENTAÇÕES LEGAIS

Apresenta-se de seguida um resumo da evolução da eficiência operacional/orientações legais da AdTA, no segundo trimestre de 2021:

Eficiência operacional	2º trimestre de 2021 (Acumulado)		Desvio absoluto	Indicadores 31.12.2019 (Anual)
	Real	PAO 2021		
				Despacho nº395/2020 de SET 27/07/2020
				50%
PRC %: (I)/(II)	53%	62%	(39) p.p	
I) GASTOS OPERACIONAIS	21 802	25 692	(3 890)	
Custo das vendas / variação de inventário (mEur)	1 791	1 619	172	
Fornecimento e serviços externos (FSE) excluído Covid (Meur):	14 404	17 532	(3 128)	
FSE totais (mEur)	13 075	17 872	(2 797)	
FSE (Covid) (Meur)	(671)	(340)	(331)	
Gastos com pessoal (GCP) excluído Covid (Meur):	5 607	6 541	(934)	
GCP totais (mEur)	5 890	6 770	(880)	
GCP (Covid) (Meur)	(283)	(229)	(54)	
II) VOLUME DE NEGÓCIOS (*)	41 373	41 371	2	
OUTROS INDICADORES:				
1) Gastos com deslocação e alojamento (mEur)	7	61	(54)	
2) Gastos com ajudas de custo do pessoal (Meur)	0	5	(5)	
3) Gastos com a frota automóvel (mEur)	382	417	(35)	
Total de 1 a 3	389	483	(94)	
Gastos com estudos e pareceres e projetos /consult.(mEur)	8	51	(43)	
Nº de pessoal	381	453	(72)	
Nº de viaturas	144	155	(11)	

(*) excluindo DRG e IFRIC 12

M
Z

Tendo por base o parágrafo 3.1 do Despacho 395/2020 – SET de 27 de julho de 2020 (o Despacho), e num contexto de pandemia, o critério comparativo para avaliar o cumprimento do PRC executado no segundo trimestre de 2021 (53%) deverá ser o PRC executado “anual” de 2019 (50%), pese embora, estejamos em 2021 ainda perante os resultados do primeiro semestre de 2021. Desta forma, a Entidade deverá monitorizar este incumprimento legal até ao final de 2021. Acresce ainda que, existe cumprimento deste indicador, face ao orçamento do primeiro semestre de 2021 (62%).

Adicionalmente, o mesmo Despacho impõe limites a determinados gastos a ocorrer em 2021, os quais devem ser iguais ou inferiores ao valor mais alto entre os montantes executados de 2020 e 2019: Os gastos são:

- “A” - gastos com pessoal;
- “B” - o conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e os associados à frota automóvel;
- “C” - o conjunto dos encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultadoria.

Da nossa análise a estes gastos, resulta o seguinte:

- *Incumprimento legal em “A”, pois o montante executado no segundo trimestre de 2021 é de 5.6 milhões de euros, sendo que o montante mais elevado (segundo trimestre de 2020) é de 5.5 milhões de euros. Constata-se, contudo, que “A” se encontra em cumprimento com o segundo trimestre do orçamento de 2021 (6.5 milhões de euros);*
- Cumprimento legal em “B”, pois o montante executado no segundo trimestre de 2021 é de 389 mil euros, sendo que o montante mais elevado (segundo trimestre de 2019) é de 434 mil euros. Constata-se, que “B” se encontra também em cumprimento com o segundo trimestre do orçamento 2021 (483 mil euros);
- Cumprimento legal em “C”, pois o montante executado no segundo trimestre de 2021 é de 8 mil euros, sendo que o montante mais elevado (segundo trimestre de 2020) é de 31 mil euros. Constata-se, que “C” se encontra também em cumprimento com o segundo trimestre do orçamento 2021 (51 mil euros);

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2021

7. Após a nossa revisão às análises apresentadas pelo Conselho de Administração, aos desvios identificados entre os montantes executados e previstos do segundo trimestre de 2021 (primeiro semestre de 2021), *com exceção dos factos referidos nas notas 3.1, 3.2 e 6.3 acima (a "negrito")*, nada de significativo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, a informação financeira da AdTA, referente ao segundo trimestre de 2021, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data.

Sem afetar a nossa conclusão, chamamos à atenção que o PAO 2021 foi aprovado por um Conselho de Administração da Entidade, distinto daquele que terá a responsabilidade pela sua execução. A deliberação dos novos membros (Presidente e Vogal executiva), foi efetuada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de setembro de 2021, com o recurso ao mecanismo legal da cooptação, estando sujeita a ratificação pelos acionistas numa próxima Assembleia Geral.


Lisboa, 05 de janeiro de 2022

Assinado por: **CATARINA ALEXANDRA**

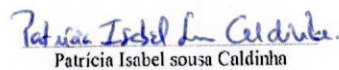
CARVALHO FINS

Num. de Identificação: 11888452

Catarina Alexandra Carvalho Fins


Armando José de Sousa Resende

(Presidente)


Patrícia Isabel Sousa Caldinha

(Vogal)